

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

326. O SANTO DE HOJE

Há quase setenta anos, quando se comemorou o sétimo centenário da morte de Santo Antônio, a paróquia que o tem por orago, no bairro do Pari, na capital paulista, erigiu-lhe expressivo monumento na praça fronteira ao templo, na época denominada simplesmente "Largo Santo Antônio do Pari", posteriormente batizada com o nome de "Padre Bento", figura marcante da Igreja brasileira, como é sabido.

Quatro ou cinco anos depois, continuava o monumento sem qualquer inscrição na qual se gravasse para a posteridade o sentido da homenagem. Afinal, a lacuna foi sanada com os felizes dizeres sugeridos, se a memória não me falha, pelo historiador Afonso de Taunay. E é isto o que lá se lê:

"Relembra este preito a oblação muito grata dos católicos de São Paulo à memória sete vezes secular do trânsito celestial do Santo de Lisboa, luminar paduano da Igreja Universal, cuja glória, tão especialmente cara aos lusos e aos latinos em geral, é das maiores da Catolicidade".

Santo de Lisboa e luminar paduano! Para nós, mais de Lisboa que de Pádua, embora seja a cidade italiana que se lhe agregou ao nome

de maneira mais generalizada, pois foi em Pádua que se deu o "trânsito celestial" do grande santo (Fernando Bulhões, no século) e para a Igreja o que conta é mais a morte que o nascimento.

Talvez nenhuma figura do hagiológico católico haja alcançado maior popularidade no Brasil. Milhares de templos, desde majestosas catedrais (como a de Juiz de Fora, por exemplo) até humildes capelinhas de beira de estrada, lhe são consagrados. E ainda o seu nome é atribuído com freqüência não só como topônimo e, mesmo fora do ambiente religioso, a escolas, associações, instituições de mais variada natureza e até a propriedades rurais e estabelecimentos comerciais. Assim, entrou para o folclore, como entrou para a história, e de maneira curiosa, pois no Brasil Santo Antônio também foi soldado.

Muitos historiadores têm tratado da "carreira militar" de Santo Antônio no Brasil. Os estudiosos certamente conhecem o livro bastante documentado que ao assunto dedicou José Carlos de Macedo Soares (1942), bem como os escritos mais recentes do Coronel Reginaldo Miranda Moreira, meu preclaro confrade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e que, à dedicação pela carreira militar alia um profundo interesse pelas pesquisas históricas. Soube ele resumir, em poucas páginas, a "carreira militar" do santo franciscano e sua participação na história bélica do Brasil, até atingir o mais alto posto que foi o de Coronel das Tropas Milicianas da Capitania de São Paulo. Isto, em fins do século XVIII. No Rio de Janeiro, entretanto, sua carreira foi mais lenta, pois só em 1814 tornou-se Tenente Coronel...

O curioso é que mesmo a República, leiga e até certo ponto positivista, continuou por muitos anos pagando rigorosamente o soldo devido ao santo militar, o que só deixou de ser feito em 1913, obrigando Santo Antônio a uma espécie de reforma ou aposentadoria sem vencimentos...

Mas ainda está por ser escrito o livro que realmente historie a presença do bom franciscano na vida brasileiro: na religião, na história, no folclore, na literatura, na vida social, etc. (13-6-98)

327. VICENTE TAPAJÓS

Com o falecimento, a 17 de fevereiro do corrente ano, de Vicente Tapajós, perderam as letras históricas de nosso país um dos seus grandes animadores, autor de numerosos trabalhos que enriqueceram sobremaneira a bibliografia histórica do Brasil. Natural de Petrópolis, onde nasceu em 20 de janeiro de 1916, faleceu pouco depois de completar 82 anos. Dedicou-se praticamente a vida toda ao magistério nos mais diversos níveis, não só como titular de importantes estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro, como também na qualidade de professor e conferencista em cursos especiais no Brasil e no exterior. Ilustrou por quase vinte anos os quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com participação em sua diretoria, a princípio como secretário, depois como presidente, passando a integrar após o termo de sua gestão (1992-1995) o Conselho Consultivo do sodalício fluminense.

Quem tenha acompanhado os trabalhos do venerando Instituto poderá testemunhar o dinamismo de sua administração, especialmente no setor das publicações. Além de vários números de sua mais que centenária revista, foi o organizador e o autor principal do Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, em seis volumes, cobrindo o quadro social do Instituto de sua fundação até o início da década de 90.

Infelizmente, não tive oportunidade de um relacionamento mais freqüente com a saudoso professor e historiador. Durante sua gestão, não tive oportunidade de comparecer sequer uma vez ao Instituto, do qual tenho o privilégio de ser sócio correspondente. Nem quando mereci a honra de ser homenageado por ocasião do 25º aniversário da "Notícia Bibliográfica e Histórica". Enfermidade em pessoa de minha família impediu-me de comparecer à solenidade que veio ilustrar tão acentuadamente meu modesto currículo.

Mas, se pouco o conheci pessoalmente, posso me gabar de um bom conhecimento de sua obra, que sempre acompanhei com interesse, desde quando, no início da década de '40, publicou pela Companhia Editora Nacional seus livros sobre a História do Brasil e a História da América, excelentes sínteses, das melhores aparecidas em nosso país. Demonstrou Tapajós especial interesse pela história administrativa do Brasil colonial, e nessa área produziu seus melhores trabalhos, a começar pela tese com que

concorreu à cadeira de História do Brasil do antigo Instituto de Educação do Distrito Federal e que versou sobre "O regime das capitanias hereditárias".

Sua tarefa, nesse campo, culminou com a **História administrativa do Brasil**, planejada por iniciativa do DASP e editada pela Editora da Universidade de Brasília, da qual Vicente Tapajós foi não apenas o coordenador (o que já não seria pouco) mas o autor de pelo menos dois volumes, um sobre a política administrativa de D. João III e outro sobre a organização política e administrativa do Império. Não tenho condições de informar se essa obra se completou; nem sei quantos volumes foram publicados dos quarenta que foram planejados. Como sempre acontece com as publicações oficiais, são de difícil aquisição, uma vez que não são postas à venda nas livrarias. Dela não possuo mais que seis volumes, que me permitem perfeitamente avaliar o nível desse grande empreendimento editorial, dos maiores já planejados no Brasil e em boa hora confiado pelo DASP ao saudoso Vicente Tapajós.

Credite-se, ainda, a Tapajó a colaboração em diversas obras coletivas, a supervisão para parte histórica da Enciclopédia Delta-Larousse e a vasta e variada contribuição para publicações periódicas, a começar pela revista do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

328. O SIGNIFICADO DE UMA ENCÍCLICA

Tendo transcorrido ontem o aniversário da **Rerum Novarum**, uma das mais importantes e certamente a mais divulgada das encíclicas da Igreja, não serão fora de propósito algumas reflexões sobre o precioso documento ou por ele sugeridas.

O século XIX parece ter sido, em toda a história, um dos períodos mais difíceis para a Igreja Católica e o próprio Catolicismo. Nunca o monobloco que a Igreja sempre pretendeu ser sentiu-se tão ameaçado. Nem por ocasião das heresias do fim da Idade Média; nem por ocasião da Reforma protestante do século XVI; nem com o racionalismo do século XVII; nem com o Iluminismo, o Enciclopedismo e as teses revolucionárias do século XVIII. A todos esses movimentos a Igreja sempre teve prontas respostas. Mas todas essas respostas, a própria Igreja acabou reconhecendo serem de pouca valia. Faltou à Igreja, ao longo dos séculos, a qualidade que lhe

deveria ser primordial, pois era da própria essência do Cristianismo, qual seja o sentido da compreensão.

A tonitroante **Quanta Cura**, de Pio IX, muito pouco beneficiou à Igreja. Ao contrário, provocou um recrudescimento de tudo quanto ela procurou condenar através do "Sílabo" que a acompanhou. E nunca a reação contra a Igreja foi tão violenta. E é curioso que justamente nos países de mais alta catolicidade, como a Itália, a Espanha e a França, foi onde as perseguições à Igreja e sobretudo o anticlericalismo foram mais violentas.

A perda do poder temporal da Igreja com a unificação italiana, em 1870, fez agravar ainda mais a situação, pois foi-lhe tirada uma de suas grandes forças, qual o poder político, só restaurado em 1929 com o Tratado de Latrão. Da mesma forma, a quase cisão provocada pelo Primeiro Concílio do Vaticano, que definiu, entre outras coisas, o dogma da infalibilidade papal, deu ensejo a uma violenta literatura panfletária, de que é exemplo **O Papa e o Concílio**, de Doellinger/Janus, traduzido, entre nós, por Rui Barbosa pouco depois de publicado na Alemanha. Concluiu-se, afinal, que o "Roma locuta, causa finita" nem sempre deu bons resultados. E como se não bastasse, ocorreram, ainda, os movimentos sociais estimulados pelo socialismo, pelo comunismo e por numerosos outros "ismos".

É nesse momento que surge a figura grandiosa de Leão XIII, a quem não tenho dúvida em chamar de "o papa da compreensão". Com a encíclica **Rerum Novarum**, de 1891, fez o que a igreja poderia ter feito ao longo dos seus quase dois mil anos. Compreendeu-se que havia uma "questão social", que não poderia continuar sendo ignorada. Grandes especialistas em doutrina social da Igreja já se têm manifestado sobre o valor do precioso documento, do qual não posso fazer senão uma ligeira apreciação histórica.

É claro que, diante do que se pensa hoje, a **Rerum Novarum** poderá parecer documento pouco expressivo, muito aquém do que se reclamaria em nosso tempo. Mas - e isto me parece importante - a encíclica de Leão XIII deve ser considerada como um ponto de partida e não como ponto de chegada. Provam-no as encíclicas que vieram depois, como que complementando-a, desde a **Quadragesimo Anno**, de Pio XI, até o "aggiornamento" de João XXIII, Paulo VI e do atual Pontífice.

Para onde irá a Igreja? a pergunta não é fácil e os próprios teólogos não estão de acordo ao respondê-la. Uma coisa, contudo, é

certa: a releitura da *Rerum Novarum*, pouco mais de cem anos depois, mostra-nos o seu sentido mais evidente, diante do qual me permito chamá-la de "encíclica da compreensão". Oxalá esta compreensão se torne cada vez mais acentuada, levando a Igreja a caminhos seguros e fiéis à sua origem e à sua divina missão. (16-5-98)

*

329. PADRES NA VIDA POLÍTICA

Escrevendo há pouco sobre as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, lembrei que no tempo do Império foi muito raro o sacerdote que se limitasse apenas ao sacerdócio. Quase todos dividiram seus afazeres com a imprensa e a política, caminhos pelos quais julgavam que também poderiam servir à causa da Igreja.

Padres políticos, tivemos-los sempre em nossa História, desde os tempos coloniais. Aparecem na Inconfidência Mineira, na Revolução Pernambucana de 1817, no movimento da Independência, na Constituinte, na Confederação do Equador, na Regência, nas lutas políticas do Segundo Reinado, na propaganda republicana. E, implantado o novo regime, apesar do laicismo de suas instituições, continuaram, embora com menor destaque, na sua participação. Um bispo presidiu à Constituinte imperial, outro vinculou seu nome ao pensamento político, figurando como uma das grandes cabeças pensantes do País, um outro padre foi Regente do Império. Aparecem eles nos momentos de paz e nas revoluções.

Mas o Império, pela própria natureza e estrutura do sistema vigente, foi o campo ideal para as suas funções políticas, não apenas no Parlamento, mas igualmente nas assembleias provinciais. É a participação do clero no Parlamento imperial que ressalta de maneira rica e bem documentada nos cinco volumes de **O Clero no Parlamento Brasileiro**, editado pela Casa de Rui Barbosa em convênio com a Câmara dos Deputados.

Trata-se de pesquisa do mais alto interesse histórico, realizada pelo Centro João XXIII, do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento, sob a direção do saudoso Américo Jacobina Lacombe e coordenação do padre Fernando Bastos de Ávila. A este eminente sacerdote jesuíta

coube justificar, na introdução, os movimentos que levaram à longa pesquisa, como dupla e valiosa contribuição para a história do Parlamento e para a história da Igreja no Brasil, sobretudo no período em que o Catolicismo era religião de Estado e em que, por isso mesmo, os sacerdotes desempenhavam um papel de maior proeminência na condução dos problemas políticos e legislativos.

Excelente "síntese histórica" do também saudoso Francisco de Assis Barbosa abre a coleção, doravante instrumento imprescindível para quem pretender trabalhar na história do Império e/ou da Igreja. Além da atuação pormenorizada de cada parlamentar eclesiástico, apresenta, ainda, a coleção, a transcrição dos trechos mais importantes de seus discursos ou pronunciamentos.

Na referência que fiz, no início desta nota, sem citar o nome, a um padre que figura como um dos grandes pensadores políticos de nosso País, provavelmente os leitores perceberam tratar-se de Frei Caneca, o martir da Confederação do Equador, cuja obra, hoje bastante valorizada, pode ser considerada o ponto de partida para o estudo do pensamento político no Brasil. Da mesma forma, embora noutra linha, o bispo Azeredo Coutinho, pelos seus estudos econômicos, que justificam o cognome que se lhe dá, de "bispo economista". (6-6-98).





